

## Artigo - Tendências e Debates

Tamanho da fonte: [A-A+](#) 

Publicada: 30/01/2012

### O que queremos do novo ministro da Educação?

Refletir sobre o que queremos do novo ministro da Educação é também uma oportunidade para estabelecermos um debate sobre qual educação o Brasil precisa para realizar o seu potencial de país emergente.

A educação é uma questão prioritária para a realização desse potencial. O nível educacional da população é um fator imprescindível para o desenvolvimento. Já sentimos hoje no Brasil a falta de mão de obra qualificada para suprir as demandas de expansão da economia.

Mas os nossos jovens estão abandonando os estudos, pois a escola é vista por eles como desinteressante, sem conexão com o mundo real e com o mercado de trabalho.

A exigência de maior qualificação poderia ser respondida de imediato com a readequação do ensino médio e com a implementação de cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes. Eles são, sem dúvida, da maior importância.

Entretanto, a questão é bem mais complexa. Tivemos inúmeros avanços na melhoria da qualidade de vida da nossa população. A continuidade dessas políticas é de fundamental importância. Ainda estamos, porém, distantes uma educação de qualidade para todos.

O Ministério da Educação é o responsável pela definição e pela indução de políticas. É nos Estados e municípios, entretanto, que a educação acontece.

É necessário, portanto, que o governo federal costure um pacto com os entes federados. Para uma real mudança na qualidade da educação, dois pontos são prioritários para esse pacto e devem ser considerados de forma conjunta: novos parâmetros para a profissionalização docente e a definição de um currículo ou de metas de aprendizagem para o século 21.

Vivemos a transição para uma sociedade cujos eixos centrais são a diversidade, a justiça social, a democracia e a sustentabilidade. O mundo tem discutido novas formas para uma economia mais verde com energia limpa, com inovação para produtos e com serviços ligados à agricultura, à cultura criativa, à indústria e à gestão de recursos naturais.

As diversas manifestações políticas, ainda que de forma desordenada, tanto em nível nacional como internacional, têm apontado para o estabelecimento de criativas e inovadoras relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Os avanços tecnológicos possibilitaram o surgimento de novas formas de comunicação global e de

acesso à informação e à construção do conhecimento.

É fundamental um novo currículo, adequado a esse novo tempo. É também fundamental que a profissão do professor seja socialmente valorizada, com salários adequados e melhores condições de trabalho.

É necessário também que as formações inicial e continuada ocupem um espaço central no exercício docente. Essa formação deve estar atrelada aos novos conhecimentos exigidos na sociedade contemporânea, para que a sala de aula possa refletir a articulação de conteúdos variados.

Além disso, a capacitação do professor e os currículos dos alunos devem ser coerentes com as diversidades regionais e culturais do país.

É preciso reforçar que alguns avanços devem ser reconhecidos: o Plano Nacional de Educação, que está para ser votado pelo Congresso; e o debate iniciado em torno do currículo, da formação docente e da proposta de um exame nacional para professores.

Assim, esperamos que o novo ministro leve adiante as conquistas e tenha a ousadia de estabelecer um real diálogo com toda a sociedade.

Um diálogo pautado em metas claras de implementação de políticas que reflitam não apenas a prioridade da educação para o desenvolvimento do país, mas, sobretudo, que contemplem o que a sociedade considera importante para formar as nossas crianças e jovens.

*MARIA ALICE SETUBAL, 60, doutora em psicologia da educação pela PUC-SP, presidente dos Conselhos do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, da Fundação Tide Setubal e do IDS (Instituto Democracia e Sustentabilidade)*

*Folha de S.Paulo - Edição de 30/01/2012*